

O GLOBO

* 3 JUL 1993

O Brasil visto por um argentino

JUAN CARLOS CASAS

Nós, argentinos, somos ciclotímicos. Quatro anos atrás, em meio à hiperinflação, tínhamos visões apocalípticas sobre nosso futuro. Muita gente deixava ou pretendia deixar o país. Hoje, com pouco mais de dois anos de discreta estabilidade e assistindo ao programa de reforma do Estado e às privatizações mais aceleradas do planeta, consideramo-nos vencedores e prontos para ingressar no Primeiro Mundo. E olhamos com preocupação e impaciência para nosso grande vizinho e sócio. O que espera o Brasil para fazer o que estamos fazendo, e que antes fizeram Chile, Bolívia, México, e que agora começam a fazer Peru e Equador?

Parecemos ter esquecido de repente dos longos anos, nos 60 e 70, quando contemplávamos, invejosos, como a economia brasileira subia pelo elevador e levava crescente vantagem sobre a Argentina, que subia pela escada. Que tenhamos descontado uma pequena parcela por termos crescido 20% nos últimos dois anos e meio e o Brasil nada não deve ser visto senão como uma modesta revanche. Embora a relação com o Brasil não deva ser vista como uma partida de futebol. Aos argentinos não convém desmentar vantagens baseadas na prosperação econômica brasileira. Muito pelo contrário, nos convém que o Brasil retome seu forte crescimento e que absorva assim mais produtos argentinos, acelerando de tal modo ainda mais nosso próprio desenvolvimento. Um Cone Sul poderoso pode constituir um bloco econômico de modesta porém crescente importância na economia mundial.

A impossibilidade, neste momento, de harmonizar políticas econômicas, financeiras e fiscais com um país que sofre de uma inflação mensal de 30% e de falta de liderança política faz com que muitos pensem, e com boas razões, que o Mercosul não atingirá suas metas e que, no máximo, só alcançará a etapa de uma zona de livre comércio sem seguir uma tarifa alfandegária externa comum. Não teria nenhuma importância caso se tratasse de um atraso relativamente breve, mas seria triste que esta segunda tentativa de integração parasse no meio do caminho.

A pergunta, então, é acerca de quando poderá o Brasil mudar sua atual estrutura econômica que o impede de crescer, adotando outra que elimine os freios atuais. Tal e como vejo, esses freios seriam os seguintes:

● O primeiro e mais importante é um freio mental. Já disse que os bra-

sileiros continuam pensando os problemas econômicos em termos dos anos 70. O Estado se intromete em tudo, quer saber de tudo e desconfia enormemente do setor privado. É uma coisa lógica que um argentino como eu não possa chamar seu corretor da Bolsa e ordenar-lhe que compre ações da Telebrás? Não pode, pois o Governo brasileiro teme a desnacionalização das empresas, conceito nacionalista hoje já descartado em quase todo o mundo. E que os brasileiros não têm tido, ou têm tido em muito menor grau que na Argentina, o benefício da prédica constante, de mais de dez anos, em favor do Estado limitado, da privatização, da desregulamentação, da abertura ao exterior. Na Argentina, em alguns aspectos, tentaram adotar estes princípios, primeiro em 1976, e depois em 1982. Os militares, que são funcionários públicos, o impediram (na segunda oportunidade preferiram invadir as Malvinas!). Quando Carlos Menem chegou ao poder, em 1989, o terreno já estava bem arado para receber a semente da liberdade econômica.

● Por sua magnitude, o segundo problema é político. O ajuste deve ser executado por um governo plenamente decidido a ir adiante e que tenha grande força no Congresso. Carlos Menem reuniu ambas as condições e encontrou em Domingo Cavallo o grande executor. Mas daqui vemos no Brasil um presidente indeciso e sem respaldo parlamentar, e um mosaico de partidos políticos que responde a interesses menores de seus respectivos estados, cuja principal missão parece ser a de sugar o Governo federal.

● A melhor prova de que no Brasil não tem havido mudança mental como a que vem se efetuando na Argentina e em outros países latino-americanos é a Constituição de outubro de 1988, verdadeiro modelo de intervencionismo e detalhismo ao extremo de impedir a privatização de importantes companhias estatais. As idéias sustentadas por Fernando Collor de Mello em sua campanha presidencial, e o fato de que foram votadas, deram a impressão de que a mudança era possível e que aconteceria. Mas parece ter faltado apoio político a Collor e, por outro lado, sua atenção foi desviada para outros assuntos que acabaram lhe custando o mandato.

● Os brasileiros sofreram apenas muito limitadamente as angústias da hiperinflação que por duas vezes fustigou a Argentina. Tal como em outros países, da Alemanha à Bolívia, o medo de que essa situação se repita é o melhor antídoto contra o populismo. E, caso notável, são os políticos

que dizem defender os interesses populares — os mais prejudicados pela inflação alta — aqueles que se opõem a tomar as medidas tendentes a eliminar esta grande defraudação. Embora não o recomende a ninguém, o trauma que provoca a hiperinflação poderia ser o fator desencadeador da mudança no Brasil. Mas — outro milagre! — o Brasil consegue dar um jeito de manter uma altíssima inflação... estável.

● Enquanto a alta inflação se mantém e a economia brasileira não cresce desde 1987, e decresce fortemente a renda individual, sabemos que as pessoas de menores recursos são, de longe, as mais prejudicadas. Se numa economia de crescimento zero há aqueles que perdem mais, haverá outros que ganham mais. E aqueles que ganham mais são obviamente os ricos, cuja riqueza lhes dá poder político. Não é preciso ser muito perspicaz para desconfiar que há poderosos interesses econômicos e políticos aliados na manutenção da inflação alta. Talvez muitos dos políticos que se dizem populares não sejam tanto assim...

O quarto ministro da Economia do presidente Itamar Franco vai empreender um novo esforço para pôr as coisas nos eixos. Antecipo que estou pessimista quanto ao êxito de Fernando Henrique Cardoso. O presidente boliviano, Victor Paz Estenssoro, enclausurou os membros do Congresso quando, em 1985, submeteu-os ao plano de estabilização preparado por aquele prestes a ser presidente: Gonzalo Sanchez de Lozada. Os deputados e senadores não só não puderam sair como lhes foram cortadas as comunicações telefônicas. Até que votassem as leis necessárias, que incluíram aumentar o preço dos combustíveis sete vezes e despedir 25 mil dos 27 mil empregados da Corporación Minera Boliviana, a maior empresa do país. Além disso foram eliminadas as restrições cambiais e adotou-se uma tarifa uniforme de importação de 20%. E um exemplo do tipo de medidas draconianas que é preciso adotar para restaurar o equilíbrio fiscal de um país. A Bolívia, graças a elas, é a única nação da América Latina com uma inflação semelhante à dos países ricos.

As medidas que o ministro Fernando Henrique tentará adotar, previa venia do Congresso, algumas implicam aumentar a arrecadação fiscal e cortar gastos num total de 13 bilhões de dólares. O desequilíbrio fiscal e quase-fiscal brasileiro é calculado em 40% ou 50% do PIB, ou seja, uns 200 bilhões de dólares. Caso o ministro tenha êxito, o déficit se reduziria a uns absolutamente insuficientes 6,5%. E quanto ao corte de

gastos, recorro muito bem que a campanha de Collor se baseava em reduzir os privilégios dos "marajás". Conseguiu? Conseguirá Fernando Henrique?

A força dos governos estaduais faz do Brasil mais uma confederação do que uma federação. É duvidoso pensar que o novo ministro terá êxito em conseguir que esses governos paguem suas dívidas para com o Estado federal. As províncias argentinas, com uma força muito menor, talvez seja a área onde o ministro Cavallo encontra as maiores dificuldades em equilibrar suas finanças, embora muitos de seus governadores sejam peronistas.

A luta contra a sonegação, que agora tentará o ministro Fernando Henrique, foi tentada muitas vezes no Brasil. Collor designou o diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, para dirigi-la. Creio que Romeu Tuma não deve ter obtido muito êxito, tendo em vista que, três anos depois, tenta-se o mesmo. Ao fraco presidente Itamar e a seu ministro restam menos de dois anos no poder, o que aumenta sua fraqueza, situação que os grandes sonegadores, com grande poderio econômico e político, sabem explorar adequadamente. Dizem que na burocracia francesa se explicava a norma de nunca obedecer às principais ordens dos novos ministros. Só eram cumpridas se fossem reiteradas, o que raramente acontecia.

Podem ser esperadas melhores possibilidades do flexibilizado programa de privatização, onde os estrangeiros interessados terão de enfrentar menores restrições que no passado.

Como conclusão, não creio que o novo ministro possa avançar demasiado a salvo quanto às privatizações. Talvez consiga manter a inflação em seu nível atual, o que seria prolongar um notável milagre. Quanto à reforma constitucional, com a atual situação política é possível pensar que sejam derrubadas algumas barreiras que impedem o avanço até um Estado limitado e uma economia de livre mercado. Será possível, então, através de pequenos passos, chegar-se ao equilíbrio fiscal, à estabilidade e à economia de mercado? Nada é impossível, mas creio que são exigidos tratamentos muito mais enérgicos do que o não-programa ensaiado por Marcílio Marques Moreira, com seu consequente não-progresso, e do que o miniprograma de Fernando Henrique que, também naturalmente, apenas conseguirá um miniprogresso. Oxalá eu esteja enganado.

Juan Carlos Casas é professor e jornalista especializado em economia, autor de "Um novo caminho para a América Latina".